

# Gravidade do quadro econômico-financeiro

Herbert Levy \*

**É** interessante registrar que, nestes três anos de Plano Real, fui uma voz quase isolada com as minhas sucessivas críticas ao que classifiquei de Plano Deflacionário do FMI, usado tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.

E são causas bem diferentes, porque, para começo de conversa, o seguro-desemprego

**Em 1995, primeiro ano do Real, a economia rural foi a mais atingida pelo desemprego**

existe nos primeiros e não chega a sair do papel nos segundos.

Daí a gravidade dos números nesse setor, que torna o desemprego um problema social muito mais grave. Convém lembrar sempre que, em

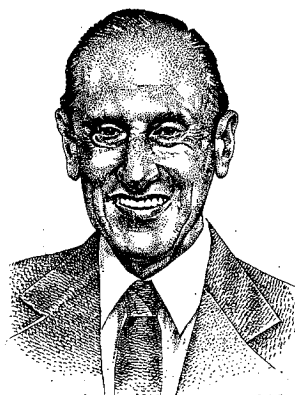
1995, o primeiro ano do plano, a economia rural foi a mais atingida, com mais de 1 milhão de desempregados que não sabiam fazer outra coisa, e por isso engrossaram os sem-terra, pressionando invasões ilegais, tanto de propriedades improdutivas como produtivas. A Gazeta Mercantil do dia

1º deste mês publica uma colaboração do professor **Reinaldo Gonçalves**, especialista em economia

internacional e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele cita as "bombas de efeito retardado" que o plano produziu e acusa o programa de estabilização brasileiro de estar gerando uma forte desestabili-

zação da economia brasileira, travando seu crescimento e aumentando o endividamento externo, além de estar gerando verdadeiras "bombas de efeito retardado". Para ele, um quadro como esse compromete o futuro do País nas esferas econômica, política, social e institucional.

A desestabilização macroeconômica, o desmantelamento do aparelho produtivo, a degradação do tecido social e a deterioração político-institucional são nomeados pelo economista como os riscos potenciais do pla-



no de estabilização.

O ministro da Fazenda, **Pedro Malan**, procura demonstrar que o endividamento público não é tão grave, porque o governo

conta com os grandes recursos do programa de privatização, que está sendo acelerado o quanto possível. Só que os recursos produzidos pela privatização de empresas e serviços deveriam ser usados para novos investimentos produtivos e não para amortizar dívidas do governo.

Por seu turno, o presidente **Fernando Henrique** lembra que o petróleo

cubado não pertence à Petrobrás, mas sim à Nação, sendo considerado como reserva financeira. Isso demonstraria que o quadro do endividamento da União não é tão grave.

Renovo minha estranheza, perguntando mais uma vez: é função do petróleo nacional cubado, na medida em que puder ser extraído, suavizar o déficit inaceitável da balança comercial, que nos cria outros graves problemas?

Intentar transformá-lo, em seu todo, numa reserva financeira para efeito de apreciação da pesada posição devedora da União é, "data venia", puro expediente, que não pega.

Repito pela enésima vez: a autoridade moral

do presidente é o ativo mais importante para o País, no plano interno como no externo, e contribui decisivamente para o grande crescimento dos investimentos fixos estrangeiros no Brasil.

Mas os problemas financeiros são específicos e muito sérios, não nos iludamos; e os outros ele-

mentos negativos que registrei amplamente nestes três anos nos obrigam a uma séria concentração

de esforços e recursos no sentido de um real e constante esforço para preservar a Nação de efeitos ainda mais nocivos. ■

**Malan diz que endividamento não é tão grave: o governo conta com os recursos da privatização**

\* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.